

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL (1943-1994) - O ESTADO DO AMAPÁ

Jadson Luís Rebelo Porto

Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 106-113, jul., 2000.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39639/26525>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2000

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL (1943-1994) – O ESTADO DO AMAPÁ

*Jadson Luís Rebelo Porto**

INTRODUÇÃO

A diminuição da produção e da comercialização da borracha e a preocupação com a proteção das regiões fronteiriças que apresentassem o chamado vazio demográfico, contribuíram para serem criados os Territórios Federais na Amazônia como um mecanismo que visou estimular a integração nacional, como também, intensificar o comércio com os países vizinhos, a ocupação de áreas lindeiras, sob a justificativa de “interesse da defesa nacional”, embasadas nas diretrizes indicadas pelo Governo Central sobre suas organizações espacial, fiscal, social e política. Das várias estratégias de desenvolvimento a eles sugeridos, destacam-se a exploração do seu potencial natural e, mais recentemente, o incentivo ao setor comercial sobre o mercado regional mediante a atuação de Áreas de Livre Comércio.

Este trabalho objetiva identificar os processos de formação da fronteira setentrional da Amazônia após a década de 1940, expondo a experiência do Estado do Amapá, embasado na sua dinâmica política (enquanto Território Federal e após a sua transformação em Estado), na sua fragmentação espacial e na sua organização geoeconômica.

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAPAENSE

Antecedentes

A preocupação com a fronteira setentrional remonta desde o início da colonização da Amazônia (séc. XVI), com inserções de portugueses, ingleses, franceses e holandeses nas terras amapaenses durante o período colonial. Os lusos sentindo-se ameaçados por tais inserções, adotaram as “expedições guarda-costas”, que, dentre outros feitos, expulsaram os gauleses de São Luís (1615), fundaram o Forte do Presépio, originando a cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará (1616), garantindo, com isso, a posse da foz do rio Amazonas (Canal Sul).

Em 1627, os holandeses montaram um comércio à margem do rio Oiapoque a Companhia do Cabo Norte, sobre as águas que não estivessem sobre o domínio espanhol, entre os rios Amazonas e o Orinoco. Em resposta, a Coroa Ibérica criou a Capitania do Cabo Norte, cedida a Bento Maciel Parente, em 1637 (BENEVIDES, 1946), visando garantir a ocupação do Canal Norte da foz do rio Amazonas. A área desta capitania compreendia entre o Oceano Atlântico e os rios Oiapoque, Parú e Amazonas.

A principal atividade econômica dos colonizadores foi a exploração dos recursos minerais, sendo a mineração aurífera em Oiapoque, Cassiporé e Amapá, forte incentivadora ao reerguimento, pelos portugueses, da fortaleza de Cumaú (conquistada dos ingleses), redenominada de Santo Antônio de Macapá, em 1688, originando o povoado de São José de Macapá e garantindo a dominação desta parcela amazônica. As fortificações da fronteira, porém com fraca ocupação populacional lusa, foram os principais fatores que incentivaram a coroa portuguesa a elevar à categoria de vila aquele povoado, em 1751, visando a continuidade da ocupação portuguesa na região (REIS, 1949, p. 33-4), o afastamento do perigo de instalação de estrangeiros nas terras amapaenses, bem como reafirmou a autoridade da Coroa sobre o espaço mal integrado à Colônia (ZANCHETI, 1986, p. 8).

A colonização espontânea desta região, entretanto, era um problema para a Coroa, pois não atraía interessados para ocupá-la, em função das suas condições ambientais. O extrativismo mineral atraía aventureiros, não colonos, apesar dos apelos e promessas reais de cessão das terras. A primeira tentativa desse tipo de colonização deu-se com a chegada de 136 famílias de Mazagão, na África, criando, em 1771, a Vila Nova de Mazagão (SANTOS, 1994; IBGE, 1955 e REIS, 1949).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a exploração dos recursos naturais continuava a exercer exacerbada influência no cotidiano da população daquelas terras. A exploração aurífera em Calçoene, por exemplo, foi o cerne de conflitos entre brasileiros/lusos e franceses que, novamente, tentaram expandir seu espaço sobre o Amapá no final do século XIX. Este fato histórico conhecido como a “Questão do Amapá”, teve sua resolução executada por um acordo internacional (1900) e contribuiu para a criação do município do Amapá (1904). Embora a questão fronteiriça tivesse sido resolvida, em nível diplomático, no início do século XX, há registros de que o marco da trijunção das fronteiras Brasil-Suriname-Guiana Francesa, foi fixado somente em 1938 (HERMES & BASTO, 1940, p. 125) porém, quanto à sua demarcação completa, há controvérsias entre 1955 (IBGE, 1966, p. 01) e 1962 (TEIXEIRA SOARES, 1973, p. 91).

Até 1943, as terras do amapaenses pertenciam ao Estado do Pará e as atividades que mais se destacaram para a manutenção da população foram o extrativismo vegetal (borracha e madeira) notadamente em Mazagão, o mineral (ouro) no município do Amapá, a pecuária no Amapá e Macapá e a pesca no rio Amazonas e na região lacustre do Amapá. Com as criações dos Território Federais, novas dinâmicas econômicas e espaciais influenciaram a organização territorial amapaense.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

A defesa da fronteira

Os Territórios Federais no Brasil foram organizados para garantir a exploração de suas potencialidades naturais (exceto Fernando de Noronha), sob forte dependência daquelas entidades aos recursos financeiros do Governo Federal. O primeiro deles, o Acre, foi criado em 1904, durante o auge da exploração da borracha e os demais almejavam garantir a “defesa” de seu potencial energético ou mineral.

Após a experiência acreana, no início da década de 30, Everardo Backheuser propôs a criação de 10 Territórios Nacionais como providência de primeira urgência, para atender as justificativas de povoamento adequado, nacionalização e defesa de fronteiras (MEDEIROS, 1944 p. 398; MIYAMOTO, 1995 p. 192): um originado das terras dos Estados do Paraná e Santa Catarina (Iguaçu); três no Mato Grosso (Maracajú, Guaporé e Jauru); quatro no Amazonas (Rio Branco, Rio Negro, Acre e Solimões); e dois no Pará (Óbidos e Amapá).

Apesar dessas sugestões, foi sancionado o Decreto-lei no 311, de 02 de março de 1938, que determinou critérios para a delimitação dos municípios, como também estabeleceu um período de 5 anos para não haver mudanças na divisão territorial de cada Estado e que as modificações do quadro territorial só poderiam ser feitas após leis gerais. Mesmo com essas diretrizes, os Territórios Federais foram implantados com Fernando de Noronha (arquipélago desmembrado do Estado de Pernambuco), o Amapá, o Rio Branco (hoje se constitui no Estado de Roraima), o Guaporé (atualmente é conhecido como Estado de Rondônia), de Ponta Porã e o Iguaçu, os quais foram criados a partir de diplomas legais, sem consulta à população por plebiscitos, nem às Assembléias Legislativas, ou seja, foram impostos pelo Governo Central, durante a primeira gestão de Getúlio Vargas (1937-1945), quando governou o Brasil com a participação de interventores, sem as discussões no Congresso Nacional dos seus projetos (por ter sido dissolvida durante a sua administração). Daí o motivo de suas administrações serem reguladas por legislação especial e seus administradores, indicados pelo Presidente da República (PORTO, 1998a).

Ao Cumprir o Decreto-lei no 311/38, o Interventor do Estado do Pará através do Decreto-lei no 3.131, de 31 outubro de 1938, identificou e relacionou os municípios e distritos e descreveu os seus limites no Estado do Pará sob as diretrizes fornecidas pela legislação acima, determinou que não deveria haver alteração desses limites desde 1º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943. Assim sendo, a criação do Território Federal do Amapá não foi uma atividade planejada, mas sim política, pois o seu desmembramento do Estado do Pará não poderia ser realizado em setembro, conforme a legislação que o criou.

A transformação desses Territórios Federais em Estados foram executados mediante acordos políticos e regulados por diplomas legais, exceto Ponta Porã;

Iguaçu e Fernando de Noronha que tiveram seus espaços reintegrados aos Estados de origem. O primeiro deles foi o Acre, pela Lei 4.070, de 15 de junho de 1962, o segundo foi Rondônia, pela Lei Complementar 41, de 22 de dezembro de 1981e, os demais, Roraima e Amapá, com a Constituição de 1988. O momento histórico desta Carta Magna está inserida na lenta transferência das responsabilidades federais para outras instâncias e uma delas deu-se na estadualização dos Territórios Federais (PORTO, 1998a).

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO AMAPÁ NO PÓS-GUERRA

O Amapá é um dos mais recentes Estados brasileiros e resulta de gestões institucionais do governo federal na defesa do território amazônico. Sua organização municipal iniciou com terras dos municípios desmembrados do Estado do Pará, em 1943: Almerim (pelo distrito de Arumanduba); Mazagão; Macapá e Amapá. A partir de então, passou por redivisões municipais resultantes de:

- preocupações geopolíticas (Oiapoque);
- atuação de empresas nas suas áreas (Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio e Vitória do Jari);
- pela exploração aurífera (Calçoene e Tartarugalzinho);
- pela construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (Ferreira Gomes) e de movimentos políticos locais de pecuaristas (Cutias, Itaubal, e Pracuúba).

A atividade garimpeira de ouro no município do Amapá, ainda mostrava-se bastante atuante na economia local e a sua fiscalização se apresentava, de igual modo, deficiente até o final da década de 1930. Neste sentido, objetivando a proteção dessa riqueza e evitar o seu contrabando para as Guianas, já se tinha a certeza da criação do Território Federal do Amapá. O momento de maior destaque para a organização territorial amapaense no pós-guerra, deu-se com a instalação da Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI), em Santana e Serra do Navio, no final da década de 1940, ao garantir alguma melhoria de infra-estrutura até a década de 80, como também ao sugerir e/ou executar propostas com o escopo de garantir o crescimento econômico desta Unidade Federativa (PORTO, 1997). Aquela empresa foi responsável pela exploração do manganês de 1957/1997. Preocupando-se com a defesa das fronteiras no período de guerra, o Governo Federal autorizou as forças armadas norte-americanas instalarem uma base aérea no município do Amapá, no início da década de 40. Essa preocupação também contribuiu para a criação do município de Oiapoque (1945), a margem do rio de igual nome que separa o Brasil da Guiana Francesa, com a constante presença de militares para protegê-lo.

Na década de 50, novamente a exploração aurífera no município de Amapá, no Distrito de Calçoene, atraiu um contingente de garimpeiros, tornando possível

a emancipação deste distrito em 1956.

Um outro fator que teve considerável participação na organização espacial amapaense, foi manifestado quando a ICOMI se integrou ao Grupo da Companhia Auxiliadora de Empresas de Mineração (CAEMI), na década de 50. Com a consolidação da exploração manganífera no Amapá, este Grupo iniciou uma diversificação de suas atividades neste Estado, visando proporcionar outras opções de uso da potencialidade regional, tais como (PORTO, 1997 e 1998c):

- a) instalação de um centro de estudos, pesquisas e levantamentos de base, destinado a contribuir na formulação de programas para criar ou aperfeiçoar as condições de infra-estrutura econômica e social do Amapá;
- b) beneficiamento dos recursos florestais locais;
- c) plantação de pinheiros, visando inicialmente fornecer madeira ao mercado de papel e celulose (nacional e internacional);
- d) a produção de óleo de dendê para o mercado nacional;
- e) aquisição da maioria das ações da Companhia Florestal Monte Dourado (atualmente conhecida como Jari Celulose S.A), da mineradora Caulim da Amazônia (CADAM) e da Mineração Santa Lucrécia (exploração da bauxita). Essas empresas compõem o Complexo Industrial do Jari;
- f) o aproveitamento industrial do minério de ferro explorado no Distrito de Vila Nova (Mazagão), pelo processo de peletização, e posteriormente adaptada para o processo de sinterização do manganês.

No início da década de 1980, foi criado o distrito industrial de Macapá, localizado no Distrito de Santana, cujas principais empresas atuam em produtos alimentícios, plásticos, transportes, beneficiamento de madeira, tijolos, pré-moldados, escritório de engenharia, empresas de transportes de carga, estaleiro naval, fábrica de papel e móveis.

No início da década de 1990, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), com o objetivo principal de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças, como também incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. Para que isso ocorra, estão sendo realizados acordos de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa desde 1994, a fim de possibilitar maior integração entre esses dois Estados, mediante a pavimentação da rodovia BR-156 (ligando Macapá ao Oiapoque, viabilizando o melhor acesso com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela, pela rodovia transguianense) e a intensificação comercial (produtos naturais, móveis, alimentos). Acrescente-se, também, a ampliação do comércio regional nacional, mediante a proposta de construção da hidrovía marajoara.

Este Regime Aduaneiro Especial compreende três fases: a primeira com o comércio varejista (em execução), a segunda com o comércio atacadista (em implantação) e a terceira com a industrialização (em previsão). A continuidade des-

sas fases depende da revisão da leis de contingenciamento federal, de investimentos locais em infra-estrutura, bem como, na negociação de incentivos fiscais nos níveis estadual e municipal (PORTO & COSTA, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três momentos podem ser identificados para se estudar a atuação do Amapá na fronteira setentrional: enquanto área não integrada ao cenário nacional, enquanto Território Federal e após a sua transformação em Estado. No primeiro, a preocupação com a defesa territorial objetivou garantir o domínio e a exploração do seu potencial natural e envolveu aspectos (geo)políticos e econômicos. Nos demais momentos, destacam-se três aspectos complementares e contíguos:

- 1) **A diversificação das atividades econômicas** – embora tenha se destacado a exploração do manganês como principal atividade econômica, o seu processo de extração foi o industrial e, também, outras tantas se integraram à sua dinâmica, tais como, plantação de dendê, beneficiamento da madeira, silvicultura, ampliação do setor terciário e a implantação de um Distrito Industrial em Santana. Com a saída da ICOMI (31/12/1997), as suas instalações estão sendo transferidas para o Estado (hospitais, escolas) e para o Grupo Champion (Amapá Celulose S/A – AMCEL e área industrial da empresa manganésifera). Acrescente-se a isso, as seguintes expectativas da ALCMS:
 - a) a ampliação do setor comercial amapaense no cenário regional, a fim de atingir maiores relações com o Caribe e com os Estados da Amazônia Oriental e Nordeste brasileiro;
 - b) a possibilidade do Distrito Industrial de Santana estimular o dinamismo deste Regime Aduaneiro Especial;
- 2) **A intensificação do movimento migratório e o aumento da sua população urbana** – mesmo considerando a ocupação das terras amapaenses como fruto de movimentos bélicos e diplomáticos, que ocorreram desde o século XVIII e que culminaram no limiar do século XX, a sua ocupação, em maior intensidade, ocorreu somente após a década de 1950, quando este ex-Território Federal inseriu-se ao mercado internacional como fornecedor de matéria prima, o manganês; pela expansão do Complexo Industrial do Jari (década de 1970), pela implantação do Distrito Industrial de Santana (década de 1980), pela diversificação das atividades de Grupo CAEMI no Amapá (década de 1980), da sua transformação em Estado (1988) e pela implantação da ALCMS (1992). Tal situação explica dinâmica de urbanização existente principalmente em Macapá e Santana e em Laranjal do Jari;

3) **A sua reorganização espacial mediante às ações de empresas, aos interesses geopolíticos, políticos e ao seu potencial natural** – as empresas do Grupo CAEMI atuantes no Amapá se apresentavam atuantes no cenário político local. Do município de Macapá, a área delimitada em 1943 foi desmembrada somente após o final da década de 80, ao originar os municípios de Santana e Ferreira Gomes (em 1987); Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande (em 1992). De Mazagão, originou-se Laranjal do Jari (1987) e deste, Vitória do Jari (1992), onde atualmente está localizada a mina de caulim (explorável por aproximadamente 400 anos) beneficiada pela CADAM. Os demais municípios, por não fazerem parte da área de atuação do Grupo, tiveram como origem: interesses geopolíticos, Oiapoque (1945); exploração aurífera, Calçoene (1956) e Tartarugalzinho (1987) e; movimentos políticos locais, Itaubal, Cutias e Pracuúba (1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As fronteiras com as Guianas: Sua fiscalização e repressão ao contrabando do ouro.* Jornal Folha do Norte. 08 de março de 1939.
- BENCHIMOL, Samuel. -Amazônia: um pouco – antes e além – depois. Manaus: Calderaro, 1977.
- BENEVIDES, Marijeso. *Os novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguazu): geografia história e legislação.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- BRASIL. *Decreto-lei no 4.102*, de 09 de fevereiro de 1942.
- _____. *Decreto-lei no 5.812*, de 13 de setembro de 1943.
- CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Territórios Federais).* Rio de Janeiro: CAPES, 1957.
- FREITAS, Aimberê. *As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil.* Boa Vista: Editora Boa Vista, 1991.
- HERMES, J.S.F & BASTO, M.M. *Limites do Brasil: Descrição geográfica de linha divisória.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1940.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. XIV.
- _____. *Atlas do Amapá.* Rio de Janeiro, 1966.
- _____. *Contagem da população 96 do Amapá.* Rio de Janeiro: IBGE/DIPEQ, 1996.
- MEDEIROS, Océlio de. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência.* Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, 1944.
- _____. *Administração Territorial (Comentários, subsídios e novas leis).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- MEIRA MATTOS, Carlos. *Brasil: geopolítica e destino.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____. *Uma geopolítica pan-amazônica.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil.* Campinas: Papirus, 1995.
- MORTARA, Giorgio. *Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites.* Boletim Geográfico. 2 (16) jul. 1944.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Toda verdade sobre o Jari.* São Paulo: Record, 1987.

- PORTO, Jadson Luís Rebelo. *As estratégias recentes de "desenvolvimento regional" do Amapá*. Trabalho apresentado no 6º Encontro de Geógrafos de América Latina. Buenos Aires, Argentina, 17 a 21 de março de 1997.
- _____. *As estratégias recentes de desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio*. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1998a. (Dissertação de Mestrado)
- _____. *Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil*. Macapá, 1998b. Datil.
- _____. *Amapá: origem, evolução e centralização governamental*. Macapá, 1998c. Datil.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo e COSTA, Manoel. *A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas*. Macapá: O Dia, 1999.
- RAIOL, Osvaldino. *A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá*. Macapá: O Dia, 1992.
- REIS, Arthur C. F. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- _____. *Limites e Demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: SECULT, 1993. 2 v. (Lendo o Pará; 15)
- RIO BRANCO. *Questões de limites: Guiana Francesa*. Rio de Janeiro, 1945. (1ª e 2ª Memórias)
- ROSA, Ruben. *Dos Territórios Federais*. Boletim Geográfico. 23 (181) jul/ago, 1972.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1994.
- _____. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo*. Macapá: FUNDECAP/GEA, 1998.
- SILVA, Joaquim Caetano da. *L'Oyapoc et Amazone*. Rio de Janeiro, 1893.
- TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- TEMER, Michel. *Território Federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.
- VAE ser criado o Território do Amapá de acordo com o Estado Maior do Exército. Jornal Folha do Norte. 06 de abril de 1939.
- ZANCHETI, S. M. *A cidade e o Estado no Brasil colonial: colocações para um debate*. Espaço e Debate, 4 (19): 8, 1986.

*Professor Msc. na Universidade Federal do Amapá – Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP.